



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA
Identificação: POLÍTICA 10
Data: 15/12/2012

Servidores do Judiciário ampliam cobranças

Cândida Oliveira

candidaoliveira@jornaldodiase.com.br

A Assembleia Legislativa de Sergipe aprovou na última quinta-feira, 13, o projeto do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE) que concede gratificação de interiorização aos seus funcionários.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus), Plínio Pugliesi, embora o pedido seja da campanha salarial deste ano, os percentuais aprovados não é a reivindicação

da categoria, mas sim da presidência do TJ.

Os deputados aprovaram reajuste que fica entre 5% e 15% sobre o salário base. A variação de percentual é de acordo com a tabela de distância entre a capital e as cidades sergipanas. "Pedimos entre 7% e 40%, esse é o percentual aplicado no Ministério Público", assegurou o sindicalista.

Ele contou ainda que a presidência do TJ conseguiu aprovação do percentual e garantiu aos deputados que o diálogo com os servidores está

aberto. Outras pautas de reivindicações ainda estão em aberto.

De acordo com Plínio, a categoria solicita o fim das incorporações. O servidor concursado que recebe um cargo de comissão incorpora 50% do valor, após cinco anos de continuidade do cargo. Com 10 anos, o valor é incorporado 100%. "As pessoas viram proprietárias dos cargos. Dessa forma, perde os demais funcionários que não conseguem bons ajustes por conta do engessamento do órgão e as gratificações não circulam

entre os demais servidores", explica.

Outra solicitação da direção do sindicato é a redução das pessoas que passam a fazer parte do judiciário sem prestar concurso público, os Cargos de Comissão. Atualmente o TJ conta com aproximadamente 600 cargos e 2.500 servidores. Segundo Pugliesi há pessoas recebendo salário mensal de R\$ 14 mil, sem prestar concurso público, esse é quase o valor do salário de um juiz, que gira em torno de R\$ 18 mil.

"Esse valor é 1000% a mais do que recebe um

agente judiciário, que tem salário de R\$ 1.300, e maior também que o de um analista judiciário com nível superior, que tem salário de R\$ 3.500", denunciou.

Sobre a necessidade de tantos cargos de comissão, Plínio avisou que já solicitou a presidência do TJ a montagem de uma comissão com a participação do sindicato e do TJ, para estudar a estrutura administrativa do órgão. "Só dessa forma teremos o conhecimento se existe realmente a necessidade de tantos cargos".